



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017237-81.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac**  
 Requerido: **Rádio Realidade Am e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Rádio Realidade Am, Antonio Carlos Leite, também qualificado, alegando que o réu *Antonio Carlos*, na condição de locutor de programa de rádio veiculado pela ré *Realidade AM*, teria, no dia 25 de abril de 2011, durante o programa “*A Hora do Leite*”, feito comentário desabonador a um dos cursos mantidos por ele, autor, dizendo que “*esse cursinho do Senac, (...), ele está despejando no mercado aí, muitos radialistas*”, sugerindo que a quem quisesse ser locutor de rádio “*vai fazer o cursinho do Senac, pagou, passou*”, acrescentando ainda, “*num aprende nada, mas ele paga, então, está aprovado*”, dizeres que causam prejuízo a sua imagem ao colocar em dúvida a credibilidade da instituição, levando muitos ouvintes a ter uma imagem equivocada a seu respeito, danos que pretende indenizados pelo valor de R\$ 50.000,00.

A ré *Central São Carlos de Comunicação* contestou o pedido afirmando tenha o co-réu *Antonio* se limitado a manifestar uma opinião acerca da qualidade do ensino do autor, crítica essa inspirada no interesse público e que teria proteção legal, atento a que não tenha havido intenção de ofensa à honra do autor, mas, antes, formular uma crítica construtiva, na medida em que não existiriam alunos reprovados nos cursos do autor, de modo que pugnou pela improcedência da ação.

O réu *Antonio Carlos Leite* contestou o pedido alegando que sua manifestação enquanto crítica, no exercício da liberdade de imprensa e sem distorcer o conteúdo ou a prática dos fatos, não resvalou na injúria ou na difamação ou mesmo no abuso de direito, concluindo pela improcedência da ação.

Tentada a conciliação em audiência designada para essa finalidade, as partes postularam prazo para tratativas administrativas, que não resultaram em sucesso, reclamando, após prova documental, o julgamento do feito.

É o relatório.

Decido.

Conforme já apontado na decisão que saneou o processo, não há controvérsia a respeito do conteúdo dos dizeres veiculados pelo réu *Antonio* através da emissora co-ré, ficando a solução a disputa a respeito de que essas falas impliquem em crítica e manifestação de opinião, no âmbito da liberdade de imprensa, ou excesso ofensivo à imagem do autor, questão que deve ser resolvida a partir da questão posta pelas partes, nos termos do que regula o art. 128 do Código de Processo Civil.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim é que, de específico, temos nos autos o quanto afirmou a ré *Central São Carlos de Comunicação*, sobre o comentário de seu locutor, co-réu *Antonio*, ter por base o fato de que no curso prestado pelo autor mediante pagamento de mensalidade, não existiriam alunos reprovados.

O autor, instado a se manifestar especificamente sobre esse fato, disse-nos que, ao contrário do alegado pelos réus, existem alunos reprovados, juntando aos autos relatórios dos anos de 2009 a 2013, inclusive, nos quais constam oito (08) alunos reprovados (*vide fls. 261/270*), seguindo-se, a partir daí, discussão na qual os réus pretendem que tais dados não correspondam a uma efetiva reprovação, porquanto no período entre 16 de fevereiro de 2009 a 22 de setembro de 2010, embora conste inscrição de trinta e oito (38) alunos, não teria havido um único reprovado, mas sim vários outros nomes constando como “*evadidos*” (sic.).

E, de fato, no período em questão nenhum aluno constou como “*reprovado*” (*vide fls. 261/263*), valendo, porém, acrescentar, até a data em que havido o comentário que motiva a propositura desta ação, no programa radiofônico dos réus, em 25 de abril de 2011, já existia um (01) aluno reprovado (*vide fls. 264*), seguindo-se que a partir dali e até 17 de novembro de 2013 outros sete (07) alunos tenham vindo se juntar a esse rol (*vide fls. 265/270*).

Portanto, a afirmação de que o curso mantido pela autora funcionaria num esquema de “*pagou, passou*” (sic.), já em 25 de abril de 2011, quando veiculada pelo programa radiofônico, não era autorizada, com o devido respeito.

Dizer que até 22 de setembro de 2010 “*o índice de aprovados é de cem por cento (100%)*” (sic., fls. 278) também não serve a justificar o comentário de “*pagou, passou*”, renove-se o máximo respeito, pois é evidente o caráter de menosprezo de que é carregado.

Houvessem os réus tomado os dados estatísticos e se limitado a informar ou a questionar por quais razões, até 22 de setembro de 2010, o índice de aprovados no curso ministrado pela autora era de 100%, e poderíamos admitir a versão de ter se tratado de *crítica construtiva*.

Não, porém, quando se afirma que o curso funcionaria sob o esquema “*pagou, passou*”.

É que há nessa frase um evidente “*poder das palavras que o órgão de imprensa pode veicular, sem o aparente intuito de ofender mas que, nas entrelinhas, pode insinuar profundos deslizos*” (cf. AC. n. 120.822-1 – 8ª Câmara Civil do TJSP<sup>1</sup>), o que não pode ser acobertado pelo manto da liberdade de imprensa, tema no qual nos permitimos nova transcrição do mesmo julgado já indicado acima: “*E aqui surgem em dois pólos as garantias mais exigíveis na conjuntura que vive a sociedade. Haverá maior importância em noticiar tudo, insinuando até possível verdade de conduta inidônea, ou permitir que condutas inidôneas se ocultem sob o manto da clandestinidade e jamais venham a lume para que a reputação de quem quer que seja possa ser afetada? É o equilíbrio na corda bamba, que se constitui no risco de toda a conduta ética responsável, que dará a resposta. Não há limite para o que possa ser noticiado, desde que haja o respeito pela dignidade da pessoa que possa ser exposta no outro extremo, sem igual arma de defesa, pela publicidade dada ao fato e pelo modo por que é elaborada a notícia.*”

“*Veja-se uma das garantias atribuídas a quem resida neste País pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição da República: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.*”

“*Preceitos legais espanhóis assemelhados assim têm sido examinados por JOSÉ M. LETE DEL RIO: “El artículo ... de la Constitución garantiza el derecho ao honor, a la intimidad personal y familiar y a la propia imagen, y la Ley ... desarrolla conjuntamente la protección civil de estos derechos. Su tratamiento unitario es oportuno, ya que se encuentran tan estrechamente*

<sup>1</sup> JTJ - Volume 130 - Página 189.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*relacionados entre si que, normalmente, la intromisión em uno de ellos suele producir la lesión de los restantes... la publicación escandalosa... de ciertos hechos relativos a la vida privada... pueden suponer lesión no sólo al honor sino también a la intimidad personal y a la propia imagen ...”.*

*“E ao examinar o conceito desses direitos, transcrevendo, em parte, uma sentença: “El honor o sentimiento de nuestra dignidad es un bien al que la persona tiene derecho, y que todos deben respetar ... como estima de nuestra propia dignidad moral, y como reconocimiento y respeto da la misma por los demás ... La tutela del honor en la via civil es amplia, debiendo abrazar todas las manifestaciones del sentimiento de estimación de la persona: honor civil, comercial, científico, artístico, profesional, etc.” (“Derecho de La Persona”, Tecnos, Madrid, 1986, págs. 185-186).*

*“E não há fugir a que há um desconhecimento dos limites nos jornais diários que ser revestem do papel de superpoder, o que traz à lembrança que a ética jornalística é dos problemas cruciantes para os respectivos profissionais.*

*“7. Essas ponderações não podem escapar ao Julgador como não podem também deixar de afastar, de vez, a pretendida garantia legal que estaria inserta no artigo 27, inciso VI, da Lei de Imprensa, que firma não constituir abuso “a divulgação, a discussão e crítica de atos e decisões do Poder Executivo e seus agentes”. Divulgação é comunicar intensamente algo que foi feito sob a forma de ordem verbal, de contenção verbal, de portarias, de provimentos, de resoluções e assemelhados.*

*“Discutir é mostrar os dados negativos da orientação, segundo a experiência do passado, ou em função dos prognósticos pertinentes ao efeitos das decisões e orientações, e confrontá-los com as perspectivas positivas.*

*“Criticar é apontar as evidentes deficiências e falhas situadas na diretriz ou na planificação.*

*“Ora, quem diz que outros nomes, na notícia apontada, estão a incorporar-se na galeria de escândalos, não está a discutir, a criticar, a divulgar atos e decisões, diretrizes de agentes governamentais. Está mesmo a imputar conduta violadora de norma criminal, o que não é vedado senão traz insinuação implícita de verdade contida em depoimento de vítima do noticiado e pretendido desmando.*

*“8. Finalmente, é de ser observado que a chamada do subtítulo somente poderia subsumir-se ao artigo 51, inciso III, da Lei de Imprensa: “... Casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém.”*

*“Pois não se está diante de “notícia falsa ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado” (inciso I), ou de “publicação que ofenda a dignidade ou decoro de alguém” (inciso II), ou de “falsa imputação de crime a alguém” (inciso IV).*

*“Assim o delito civil seria o de injúria, segundo o relato dos autores.*

*“9. De anotar ainda, que excepcionalmente prevalece aqui, em matéria civil também, o princípio da tipicidade pois quando o legislador traz imputação acompanhada do valor do ressarcimento, não está a permitir que outras condutas possam ser perfilhadas como ressarcíveis, dada a relevância do noticiário e da imprensa em época em que os veículos de comunicação são imprescindíveis para o próprio ajustamento cultural dos leitores ao seu cotidiano.*

*“Apontadas essas perspectivas resta o exame da configuração de injúria na notícia veiculada, em especial no subtítulo.*

*“A primeira notícia da página refere-se pelo nome a um delegado de polícia, que não os três outros nominalmente referidos como modelos dos escândalos, a quem se imputava responsabilidade pelo uso por policiais de veículo roubado; a segunda notícia dizia respeito a outro delegado de polícia a quem se atribuía envolvimento com ladrões de automóveis. Outra a um roubo de cocaína por um escrivão, cujo nome não foi referido. Outra a um caso de extorsão,*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

com o flagrante da divisão do dinheiro entre escrivão, investigador e motorista, com nomes explicitados. Nesse quadro há mais uma referência a um major da Polícia Militar, preso em flagrantes por contrabando e envolvido em outros delitos, com nome expressamente apontado, complementado a notícia de “enxurradas” de denúncias ter existido contra caixinhas do DETRAN, sem referência a envolvidos. No outro quadro é noticiada a existência de um pelotão de fuzilamento organizado por Policiais Militares, concomitantemente com tortura alusiva a uma roleta - bala única no revólver de Polícia Militar - contra vítima que narrou o fato, com indicação nominal dos policiais envolvidos. Mais outro quadro trazia a notícia de seqüestro e morte de balconista por policiais não referidos nominalmente. Finalmente há a notícia pertinente a um estupro praticado por carcereiro contra a mesma pretensa vítima da extorsão que teria sido praticada pelos autores, todos nominalmente referidos com a indicação de haver confirmado a sogra da vítima a versão.

“Como se vê uma generalidade de fatos que traz, de um lado, uma evidência de que a imprensa não se deva calar, pois alguns desses fatos podem ser verdadeiros, notório que desmandos há, com os excessos injustificados, bastando cuidar-se de desmandos para que não se justifiquem. De outro lado, apresenta-se a questão de eventual envolvimento, em notícia em relatos de pessoas às voltas com ações penais, de agentes totalmente inocentes, aos quais sobriariam as insinuações injuriosas. Sob o ponto de vista ético, a possibilidade de ser atingido um inocente, numa notícia única, deveria conduzir à opção pela não inclusão nesse noticiário do que acarrete o perigo da inverdade injuriosa” (cf. AC. n. 120.822-1 – 8ª Câmara Civil do TJSP <sup>3</sup>).

Em resumo, cumpre a este Juízo reconhecer que os réus, ao afirmar que o curso mantido pela autora funcionaria num esquema de “pagou, passou” (sic.), acabaram por exceder os limites do que se poderia considerar notícia ou crítica, passando ao campo da ofensa efetiva à honra subjetiva da empresa.

E para tal conclusão pouco importa que a autora demonstre efetivo prejuízo em termos de redução de número de alunos ou de perda de renda, pois como se sabe, “No estágio atual do nosso direito, com a consagração definitiva, até constitucional, do princípio da reparabilidade do dano moral, não mais se questiona que esses sentimentos feridos pela dor moral comportam ser indenizados; não se trata de ressarcir o prejuízo material representado pela perda de um familiar economicamente proveitoso, mas de reparar a dor com bens de natureza distinta, de caráter compensatório e que, de alguma forma, servem como lenitivo” (cf. YUSSEF CAHALI <sup>4</sup>). Ou seja, trata-se de dano que “compromete por inteiro o 'modo de ser' da pessoa e representa um 'déficit que atinge o bem-estar integral do sujeito” (cf. CARLOS FERNÁNDEZ SESSAREGO, citado em obra de YUSSEF SAID CAHALI <sup>5</sup>), deve ser tomado com ofensa restrita a esses atributos subjetivos da pessoa, mesmo a jurídica, a propósito da Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça: “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

São, portanto, inúteis as provas reclamadas pelos réus, envolvendo relação de frequência de alunos ou comprovação de maior alcance em relação às reprovações.

A ação é procedente, reconhecida a existência do dano moral, cumprindo passemos a mensurar a liquidação do dano.

A autora afirma na inicial que a partir das afirmações dos réus, a qualidade e credibilidade dela própria, enquanto instituição, teria sido colocada em dúvida, com reflexos negativos e imensuráveis prejuízos, pois “inúmeras pessoas podem ter sido induzidas a ter uma visão distorcida do que realmente é o Senac” (sic., fls. 06/07).

<sup>3</sup> JTJ - Volume 130 - Página 189.

<sup>4</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, p. 111.

<sup>5</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, p. 188.




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ou seja, o próprio autor tem o dano como *potencial*, já que é impossível aferir se algumas ou muitas pessoas *possam ter sido induzidas a ter uma visão distorcida do que realmente é o Senac*” (sic.).

Sabe-se, por outro lado, que a emissora ré não constitui grande conglomerado da mídia, tendo alcance de transmissão limitado praticamente à cidade de São Carlos e, quando muito, a uma micro-região em seu entorno, o que implica em tornar o alcance da veiculação e da publicidade dessa ofensa bastante reduzido.

Cabe ainda considerar, de outra parte, tivesse havido efetivo prejuízo da imagem da autora, não teria ela deixado de demonstrar dados estatísticos nos autos.

A prova produzida pela autora, entretanto, dá conta de que o que de fato se verificou foi justamente o contrário, porquanto de um número entre 12 (*doze*) e 14 (*catorze*) alunos no período anterior à divulgação da notícia ofensiva (*vide relatórios de fls. 261/264*), as matrículas subiram para números entre 14 (*catorze*) e 17 (*dezessete*) no período seguinte e até 09 de outubro de 2013 (*vide fls. 265/269*), o que equivale dizer, não se verificou, em realidade, o efeito prática, a partir da notícia divulgada pelos réus, de que as pessoas tenham sido *induzidas a ter uma visão distorcida do que realmente é o Senac*, com o devido respeito.

Ao contrário, a imagem da autora remanesceu forte e íntegra, a despeito do fato ora discutido.

À vista dessa circunstância real, cumpre considerar que a liquidação do dano moral deverá ficar restrita ao dano advindo da ofensa, pura, decorrente da afirmação de que o curso mantido pela autora funcionaria sob o esquema “*pagou, passou*”, para o que a indenização no valor de R\$ 50.000,00 nos parece exagerada, com o devido respeito à autora.

Para o caso, tomadas as circunstâncias acima indicadas, temos que a liquidação dessa indenização no valor de R\$ 10.000,00 se afigura suficiente a permitir à autora um ressarcimento do prejuízo moral sofrido, como ainda a impor aos réus uma reprimenda suficiente pelo ilícito praticado, prevenindo futuros eventos.

Esse valor deverá contar correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

Os réus sucumbem e devem arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO os réus Rádio Realidade Am, Antonio Carlos Leite a pagar à autora SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC indenização por dano moral no valor de R\$ 10.000,00 (*dez mil reais*), acrescido de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença, e CONDENO os réus ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 28 de outubro de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**